



Conheça a nova Lei 26/2013

Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos e adjuvantes

anipla Para quem pensa a agricultura
Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas
Comissão de Agricultura Sustentável

A publicação da Lei nº 26/2013 regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e dos seus adjuvantes, e tem como objetivo garantir uma utilização sustentável dos PF através da redução dos riscos e efeitos da sua utilização na saúde humana e ambiente.

Tendo como destinatários os utilizadores profissionais em explorações agrícolas, florestais, zonas urbanas, de lazer e em vias de comunicação, a sua implementação prática engloba o Plano de Ação Nacional, que define medidas e indicadores nacionais para o cumprimento das metas estabelecidas nas áreas de redução de risco e impacto dos PF na saúde humana e no ambiente, estabelecendo também a forma de monitorizar e divulgar a informação junto dos utilizadores destes produtos.

A publicação da Lei 26/2013 obriga a algumas adaptações pela parte dos aplicadores de PF, as quais se encontram num folheto produzido pela ANIPLA com o objetivo de clarificar e informar o setor agrícola para as alterações mais evidentes. Desse suporte de informação, destacamos aqui algumas das informações, contudo, isto não retira a necessidade de efetuar uma leitura atenta da legislação em questão.

A partir de 26 de Novembro de 2015, o aplicador de PF deve dispor de habilitação comprovada (cartão de aplicador) por:

- Certificado de aproveitamento na avaliação final da ação de formação sobre aplicação de produtos fitofarmacêuticos; OU
- Formação superior ou de nível técnico-profissional, na área agrícola ou afins, que demonstre a aquisição de competências sobre as temáticas constantes da ação de formação referida no ponto anterior.

É proibido em todo o território nacional:

- Aplicar produtos não autorizados pela DGAV;
- Aplicar produtos, não cumprindo as orientações dos rótulos;
- A partir de 26 de Novembro 2015, realizar aplicações por aplicadores não habilitados.

Medidas de redução do risco na aplicação:

- Considerar sempre os princípios da Proteção Integrada;
- Adotar práticas e produtos com menor risco para a saúde humana e ambiente;
- Utilizar meios alternativos de luta (como os biológicos, físicos ou outros).



Utilizar o Equipamento de Proteção Individual adequado a cada situação.



Os Equipamentos de aplicação de PF deverão estar calibrados, inspecionados e em boas condições de manutenção; é importante dar preferência a técnicas de redução de arrastamento da calda.



Na exploração agrícola (instalações e procedimentos) dever-se-á efetuar e manter, pelo menos por 3 anos, o registo de todos os tratamentos; o armazém deverá estar de acordo com os requisitos da Lei.

Aplicação em zonas urbanas, de lazer e vias de comunicação:

· Só podem aplicar produtos empresas ou entidades autorizadas para o efeito, pela DGAV.

É proibida a aplicação aérea.

Gestão de resíduos de embalagens:

- Siga as instruções do rótulo relativas ao procedimento a seguir após a embalagem ficar vazia;
- Não queime, não enterre, não coloque a embalagem no lixo;
- Entregue a embalagem num Ponto de Retoma VALORFITO.

Gestão de efluentes: Durante a preparação da calda e limpeza de equipamento de aplicação de PF deverá:

- Usar EPI adequado;
- Prever um local de preparação da calda, de acordo com os requisitos da lei, afastado 10 m de cursos de água, valas, poços e nascentes;
- Fazer um cálculo correto do volume de calda;
- Tomar medidas para evitar o transbordo da calda durante o enchimento;
- Minimizar o volume de água utilizada na limpeza do equipamento;
- Fazer uma correta gestão dos efluentes.

A ANIPLA considera que a presente legislação é estruturante para a agricultura nacional, pois grande parte das medidas implícitas no novo quadro regulamentar, tais como o aumento do conhecimento sobre as boas práticas na utilização dos PF, são há muito desenvolvidas pela Indústria.

Apesar das novas orientações provenientes da lei em questão, é importante constatar que assistimos a uma crescente profissionalização dos agricultores/aplicadores o que inclui uma maior consciência da necessidade de usar corretamente os produtos. É portanto necessário, que as autoridades nacionais, a par com a implementação da Lei nº 26/2013, viabilizem novas e avançadas soluções na proteção das culturas em Portugal, permitindo aos nossos agricultores manter a competitividade a nível europeu.